



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1.024, DE 2009

Requeremos nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do senhor Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para prestar esclarecimentos no Plenário deste Poder sobre as operações e demais ações realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA no Estado do Pará. Em face do seu comportamento extremista e radical à frente de referida pasta e, ainda, por falta de critérios técnicos e seletivos em suas investigações e medidas repressivas, referido Ministro tem provocado o fechamento de empresas sérias e a consequente inviabilização da economia do Estado do Pará em vários segmentos.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Pará tem suportado medidas extremas no que se refere às questões ambientais que, certamente, vêm comprometendo quase que a totalidade do setor produtivo e consequentemente freando o seu crescimento e desenvolvimento econômico.

Sem muito esforço, comprova-se claramente a falta de adoção de critérios técnicos e estudos aprofundados que possam dar suportes às ações do Ministério do Meio

Ambiente que, de forma açodada e irresponsável, edita normas, portarias, emite multas ou protagoniza boicotes de cunho político contra o setor produtivo do Estado do Pará.

Vários setores já foram ou estão sendo atingidos por essas medidas do Ministério do Meio Ambiente, tais como o madeireiro, o mineral, o pesqueiro, o florestal, dentre outros.

Agora, de forma ainda mais absurda, o setor agropecuário sofre sua intervenção sob a alegação de que as fazendas produtivas do Estado são irregulares em razão de criarem seus rebanhos em áreas de desmatamento ou por não estarem regularmente legalizadas suas terras.

Terça-feira passada, dia 11 do mês em curso, para desespero de todos, foi retomada a operação “Arco de Fogo”, quando homens do IBAMA, da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança deram início em Santarém, na Região Oeste do Pará, à fiscalização de empresas do setor florestal de forma irresponsável e indiscriminada, provocando o fechamento de empresas sérias e o aumento de desempregados. Para se ter uma idéia, uma única empresa florestal deu aviso prévio a 140 funcionários, depois de ser tomada por homens armados com metralhadoras. Empresas avaliam encerrar as atividades como forma de protestar contra o tratamento recebido dos agentes.

Referida operação inviabilizou por completo a economia do Município de Tailândia, no Pará, gerando revolta na sociedade por causa do fechamento de milhares de postos de trabalho. Depois de Tailândia, os municípios de Paragominas e Altamira receberam a operação “Arco de Fogo”, que deixou mais de 30 mil pessoas desempregadas por causa do fechamento de empresas do ramo florestal e de outros setores.

Diante do exposto, é preciso com urgência que os fatos sejam esclarecidos e que medidas sérias sejam tomadas visando coibir operações inconsequentes como estas, pois, não podemos admitir que um representante do Governo, de forma insensata e

irresponsável como o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, possa continuar a adotar medidas que não passam de uma sentença de morte para toda a população amazônica.

Sala das sessões,

Senador **MÁRIO COUTO**
PSDB

Publicado no **DSF**, em 19/08/2009.